



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



World
Heritage
Convention



Reabilitação da
FORTALEZA DE SÃO SEBASTIÃO
Ilha de Moçambique



República de Moçambique

Reabilitação da

FORTALEZA DE SÃO SEBASTIÃO

Ilha de Moçambique

Editado por Lazare Eloundou e Jana Weydt
Centro do Património Mundial da UNESCO





Vista aérea da fortaleza

Quando em 1991, sob proposta do Governo de Moçambique, a Ilha de Moçambique foi proclamada Património Mundial pela UNESCO, realizava-se uma das grandes aspirações dos moçambicanos, tendo em vista estender à todos os povos do mundo, o usufruto do rico e diversificado património cultural que a Ilha de Moçambique incorpora. Esse desiderato representa responsabilidade acrescida no âmbito da implementação do Programa de Reabilitação Integrada e Desenvolvimento Sustentável da Ilha de Moçambique, que estabelecemos.

No conjunto dos 50 projectos definidos pelo Programa, a reabilitação da Fortaleza São Sebastião foi considerada uma acção estratégica, não apenas pelo seu valor histórico e imponente, mas também, por ser susceptível de desencadear o desenvolvimento de outros sectores e actividades, mormente o turismo, que tem contribuído substancialmente para a elevação da qualidade de vida dos ilhéus e das instituições.

Este é o grande significado e importância que Moçambique confere ao inestimável apoio prestado pelos diferentes parceiros (Japão, Portugal/IPAD, UCCLA, Holanda e Flandres e UNESCO), na primeira fase da reabilitação da Fortaleza, um gesto que testemunha a sensibilidade dos Estados e Povos, em relação ao património comum que a Ilha de Moçambique representa.

As obras da primeira fase da reabilitação, permitiram robustecer a estrutura do monumento, e o sucesso alcançado nos orgulha e impele para a concretização do nosso anseio, que é de tornar a Fortaleza, num edifício de grande utilidade social e pública. É por isso que, em coordenação com as comunidades locais, já definimos o seu uso pós reabilitação, a tomar em consideração na segunda fase. No entanto, tudo depende da continuidade da participação destes e outros parceiros, aos quais Moçambique muito agradece.

Sra. CLAUDIA HARVEY

Directora do escritório da UNESCO em Maputo

A Ilha de Moçambique, a encruzilhada de tantas culturas no passado, abriga comunidades vivas que enfrentam os desafios de desenvolvimento numa pequena ilha exposta e nos seus arredores, bem como vestígios de um passado glorioso, e exerce uma fascinação inevitável.

Recentemente, as Nações Unidas exploraram o potencial da ilha como espaço geográfico pequeno mas complexo, para supervisionar de perto os resultados da acção de desenvolvimento num futuro previsível, buscando a cooperação do Governo de Moçambique e de parceiros. Portanto, vêm as possibilidades de esforços integrados com vistas ao desenvolvimento humano produzirem frutos visíveis, como no caso do projecto de restauro da Fortaleza de São Sebastião, como ilustra esta publicação.

Actualmente, um comité interinstitucional das Nações Unidas está a examinar essas possibilidades, enfrentando desafios apresentados por assentamentos humanos, no contexto da preservação do passado. Presta apoio ao Governo nos esforços com vista a alcançar o seu objectivo de uma população totalmente alfabetizada, transmitindo competências às mulheres e aos jovens através do Projecto Aldeias do Milénio, e trabalhando com artistas e conservadores da herança intangível para maximizar o potencial de indústrias criativas na ilha. O trabalho com a ilha constitui um precioso exemplo de caso de teste para a iniciativa "Delivering as One" (Unidos na Acção), trabalhando em prol de comunidades unidas e de responsabilidade do Estado, de apoio por parte dos parceiros e de realização dos potenciais humanos e de objectivos internacionais decididos colectivamente. Esta é a atracção e a promessa do sítio do Património Mundial da Ilha de Moçambique.

Varanda sobre a entrada principal.



PRÓLOGO



S.Exa. o Sr. TADAMICHI YAMAMOTO
Embaixador
Delegado permanente do Japão na
Unesco

É com imensa satisfação que constato a conclusão bem sucedida desta primeira iniciativa de restauro da Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique. O projecto foi lançado em 2003, com o apoio financeiro do Governo japonês, através do seu Fundo Fiduciário para a Preservação do Património Cultural Mundial, com a finalidade de preservar a fortaleza, que é uma testemunha extraordinária da história da ilha.

É o segundo projecto na África Sub-Saariana financiado pelo Fundo Fiduciário do Japão e regozijamo-nos pelo facto de o interesse internacional por este monumento ter aumentado, na medida em que outros doadores se comprometeram, nos últimos anos, a prestar o seu apoio financeiro.

Esta cooperação internacional demonstra claramente a importância deste monumento para o povo de Moçambique, bem como para toda a humanidade. Alegra-nos muito que o nosso projecto relativo ao Fundo Fiduciário tenha, efectivamente, produzido um significativo impulso à valorização da Ilha de Moçambique e desejamos incentivar uma participação mais activa por parte da comunidade internacional com vista à salvaguarda e à preservação deste Sítio do Património Mundial.

Sr. MIGUEL ANACORETA CORREIA
Secretário da UCCLA
União das Cidades Capitais Luso-Afro-
Americo-Asiáticas

Convencida do valor cultural único que possui a Fortaleza de São Sebastião para a cidade-ilha de Moçambique e para as regiões vizinhas, bem como do seu potencial como factor de expansão económica, a UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas) aderiu ao projecto da UNESCO para o restauro do monumento e em particular para o seu reaproveitamento com vista à sustentabilidade local e regional.

A Ilha de Moçambique, capital de Moçambique até 1822, foi um importante empório na Costa Africana oriental até ao século XVIII e tornou-se, ao longo dos séculos, num singular cadinho de culturas africana, árabe e europeia.

A antiga capital tornou-se membro efectivo da UCCLA em 1994, apoiando assim o seu mandato com vista a promover a cultura e a identidade lusófonas num mundo globalizado, a enriquecer a diversidade cultural e a evoluir conjuntamente em direcção a uma melhoria das condições de vida para as populações.



Prof. Dr MANUEL CORREIA

Presidente do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento)

Há vários anos, Portugal mantém um acordo de parceria com a UNESCO, que inclui um Fundo Fiduciário a ser usado para o financiamento ou o co-financiamento de projectos em países africanos de língua portuguesa.

Neste sentido, foi com grande satisfação que o Governo português, através do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), aderiu ao grupo de doadores para este importante projecto com vista ao restauro da Fortaleza de São Sebastião, sítio do Património Mundial, na Ilha de Moçambique. A consolidação de estruturas, bem como a limpeza e a impermeabilização das superfícies em que havia muita degradação há apenas alguns meses, foram realizadas com sucesso, graças à participação activa de trabalhadores locais cujo trabalho reconhecemos e apreciamos.

O envolvimento de Portugal nesta iniciativa continuará e será importante para a continuação das obras que já têm mostrado resultados tão impressionantes nesta primeira fortaleza portuguesa no Oceano Índico. Assim, Portugal apela à comunidade internacional para que se associe aos seus esforços e dê o seu apoio financeiro às obras em curso, com vistas à conclusão das obras de restauro da fortaleza até 2011.

S.Exa. o Sr. BAREND TER HAAR

Embaixador
Delegado Permanente dos países Baixos na UNESCO

Em nome do Governo neerlandês, tenho imensa satisfação em expressar o meu contentamento pelo desenvolvimento dinâmico e bem sucedido do projecto. Os Países Baixos são um parceiro recente nas obras de restauro na Ilha de Moçambique.

Há vínculos históricos entre a ilha e os Países Baixos. Quando a Companhia das Índias Orientais holandesa foi constituída, em 1602, os Holandeses fizeram três tentativas – entre 1604 e 1608 – para capturar a ilha a fim de ser utilizada como porto, mas os 400 canhões da Fortaleza de São Sebastião rechaçaram-nos a cada vez.

A nossa contribuição actual vai além da primeira fase de estabilização do prédio, com vista à sua preparação para uso futuro como centro de conservação e de investigações marítimas e como destino turístico e pólo de desenvolvimento económico no Norte de Moçambique. Como objecto da sua intervenção, o Governo, juntamente com a UNESCO e o Governo moçambicano, escolheu o restauro do sistema hidráulico e das cisternas.

Foram adaptados ao uso futuro da fortaleza e às necessidades da população local, para a qual representam uma importante fonte hidráulica. Estou muito impressionado com os progressos que têm sido alcançados e o projecto tem demonstrado ter grande potencial.

Sr. NIC VANDERMARLIERE

Representante do governo Flamengo em França

Para além do seu extenso programa de cooperação com Moçambique, a Flandres também contribui através do seu fundo fiduciário para a melhoria do estado de conservação da Ilha de Moçambique. O projecto de restauro de São Sebastião desempenha, sem dúvida alguma, um papel importante na salvaguarda da Ilha de Moçambique, como sítio do Património Mundial.

No âmbito de uma abordagem quádrupla e multilateral, o fundo fiduciário flamengo vem atender ao objectivo de suprir com eficácia as necessidades prementes e complexas da ilha.

As actividades incluem um estudo pormenorizado sobre o estado de conservação, a finalização do plano de gestão de cinco anos, a preservação da fortaleza e a construção de uma nova cisterna para uso da comunidade, bem como um filme documentário sobre o processo de restauro.

A Flandres espera que esses esforços possam contribuir para a conservação e o desenvolvimento sustentável deste sítio do Património Mundial, bem como para uma melhoria geral das condições de vida na ilha.



Fachada interior do pátio

O SÍTIO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Sr. FRANCESCO BANDARIN

Director do Centro do Património Mundial da UNESCO

A cidadela Ilha de Moçambique encontra-se a 2000 km ao norte de Maputo, a capital de Moçambique, e ocupa uma posição no Oceano Índico que foi outrora privilegiada, sendo testemunha de um passado de grande riqueza histórica, dado que foi um importante empório situado na rota marítima entre a África e a Ásia.

Esta ilha encerra, na verdade, a sequência de ilhas empórios que se encontram ao largo da costa oriental africana, entre as quais os sítios do Património Mundial da Cidade de Pedra de Zanzibar, na República Unida da Tanzânia, e a Cidade Antiga de Lamu, no Quénia.

A sua história é pontuada de batalhas de conquista e de invasões entre os poderes económicos concorrentes da época, mas também devido à sua posição de encruzilhada de culturas, na rota movimentada do comércio internacional.

Com efeito, a característica mais notável da ilha é o seu carácter nitidamente urbano, que inclui uma infra-estrutura desenvolvida, com um complexo hospitalar, vários museus, escolas, igrejas e cisternas. Isto também transparece nos traços pluriculturais dos numerosos habitantes e viajantes que, ao longo dos séculos, deixaram a sua marca na aparência da cidade: Árabes, swahilis, bantus, portugueses, ingleses, chineses, turcos, indianos, franceses, hindus, cristãos e muçulmanos, entre outros.

A ilha foi usada como empório comercial a partir do século VIII, mas somente quando o explorador português Vasco da Gama lá chegou, em 1498, declarando que a ilha pertencia a Portugal, que os assentamentos urbanos foram realizados, graças às competências em engenharia dos seus compatriotas, que permitiram a construção de complexos sistemas de armazenagem de água, registando-os já a partir do século XVI.

Transcorreu mais um século e os mercados floresceram o suficiente para permitir que o número de habitantes da ilha a transformasse em vila (1763) e por fim em cidade em 1818. Embora a economia internacional em expansão tenha, no início, comercializado especiarias e marfim, o tráfico de escravos tornou-se cada vez mais e ingloriosamente o foco das atenções a partir do século XIX. A ilha fôra a capital da colónia portuguesa até 1898, quando mudanças infra-estruturais e económicas deslocaram esta função para Maputo.

Eventos de grande importância no decorrer do século XX - independência em 1975 e as insurreições de 16 anos de guerra civil - acarretaram consideráveis mudanças para a população, bem como novos desafios que suscitaram preocupações até hoje.

O tecido urbano e os prédios da cidade registam as fases do seu processo de desenvolvimento de maneira espantosa. Em particular, a nitida divisão entre a arquitectura originariamente portuguesa na "Cidade de Pedra", ao Norte, que integra distintas características de influência swahili e árabe, e a arquitectura vernácula, na "Cidade Macuti", ao Sul, é notável. A divisão é ainda mais salientada pelos diferentes níveis dos dois distritos, que resulta do facto que a Cidade de Pedra colonial foi construída com material extraído da Cidade Macuti, nas antigas pedreiras. Obviamente, tais estruturas encerram uma grande parte da história da cidade e alguns aspectos importantes do colonialismo.

Em 1991, a Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, em virtude dos critérios (iv) e (v), como sendo um "exemplo extraordinário de arquitectura na qual as tradições locais, as influências portuguesas e, numa menor medida, as influências indiana e árabe se encontram todas interligadas", constituindo assim "um importante vestígio do assentamento e do desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o sub-continentes indiano - e por conseguinte toda a Ásia" (recomendação do ICOMOS para a nomeação, 1991). Apenas um ano mais tarde, em 1992, a paz finalmente encerrou o longo período de guerra civil no país.

O mais imponente monumento na ilha, senão a mais impressionante arquitectura militar em toda a África, é a Fortaleza de São Sebastião (1558-1620), cujo restauro esta publicação celebra. Desde a sua construção, por ordem do Rei de Portugal, Dom João III, e sob a autoridade do Vice-Rei da Índia, Dom João de Castro, tem desafiado a história, transmitindo uma grande parte do espírito defensivo que presidiu à sua construção.

A planta e a estrutura da fortaleza obedecem à tradição europeia desenvolvida com base na arquitectura militar da Renascença italiana.

Todavia, novas importantes descobertas feitas durante as obras de restauro indicam que uma grande parte da história deste monumento ainda está por ser descoberta.

Embora a função de defesa militar tenha hoje perdido o seu sentido para a ilha, a ideia da fortaleza como defensora do património cultural parece ser mais apropriada aos tempos actuais. Sem dúvida alguma, o restabelecimento de técnicas tradicionais de conservação durante as obras de restauro terão um significativo impacto na conservação sustentável do conjunto da ilha.

Além disso, a UNESCO acredita e espera que a completa restauração da fortaleza, a sua consolidação e o novo destino que lhe será atribuído não somente preservarão o seu valor histórico e arquitectónico para as futuras gerações, mas será também um importante vector de expansão da economia da ilha e um catalisador para mais amplas actividades com vistas a salvaguardar o património arquitectónico e o desenvolvimento económico sustentável da ilha.

É maravilhoso e altamente encorajante constatar o quanto este projecto da UNESCO se tem transformado em cooperação internacional com múltiplos doadores, recebendo fundos de cinco doadores distintos. A primeira iniciativa foi ensejada por fundos providos pelo Japão. Durante a implementação, juntaram-se à iniciativa a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA) e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), como o fizeram, em 2008, a Flandres e os Países Baixos.

A UNESCO tem grande orgulho em ter sido associada a este importante projecto, que converge para a grande tradição das campanhas internacionais de salvaguarda que têm sido implementadas com a ampla cooperação de governos e do sector privado em muitas regiões do mundo, no decorrer dos últimos 50 anos.

A UNESCO manifesta o seu reconhecimento aos doadores cujos generosos contributos tornaram possíveis essas consideráveis realizações e apresenta os seus agradecimentos a todos os seus parceiros, profissionais e interessados envolvidos nesta frutuosa cooperação.

Apresentamos especiais agradecimentos ao Governo Moçambicano, cujo indefectível apoio, orientação e acompanhamento das actividades foram totalmente imprescindíveis para que este projecto pudesse tornar-se realidade.

A UNESCO espera reforçar a cooperação com vistas à conservação do património cultural e natural de Moçambique.

Por fim, a UNESCO apela a todos os doadores e à comunidade internacional para que continuem a dar apoio aos esforços de preservação do património mundial como componente fundamental do desenvolvimento social e humano do país e da região.



Mapa da Ilha, datado de 1957.

CONSERVAÇÃO COM VISTA A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Varanda



Canais de captação de água das chuvas



Torre de vigia

Sr. BENOÎT SOSSOU

Director do Escritório da UNESCO de Yaoundé e ex-Director do Escritório da UNESCO de Maputo

O projecto da UNESCO de restauro da Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique, baseia-se na percepção de que a preservação do património cultural encerra um enorme potencial com vista ao desenvolvimento sustentável e à atenuação da pobreza. Com efeito, os valores culturais têm a vantagem de englobar ao mesmo tempo vários aspectos da configuração social, económica e ambiental de uma sociedade, promovendo ideias e atitudes que favoreçam o respeito mútuo, a coesão social e a paz.

A cultura como força motriz em expansão granjeou maior reconhecimento no decorrer da última década, como é evidenciado pelo número de instrumentos normativos implementados, em particular as três convenções culturais da UNESCO ratificadas, que complementam a Convenção sobre o Património Mundial de 1972: sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático (2001), a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) e a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). As estatísticas reflectem mais amplamente o aumento da força económica do sector cultural no mundo inteiro e, como os valores culturais estão muitas vezes intrinsecamente vinculados ao seu lugar de origem, oferecem grandes oportunidades para os países em desenvolvimento.

Assim, a UNESCO e os seus parceiros estimam que o projecto de restauro é um meio proactivo perfeitamente adequado para abordar as questões pertinentes relativas ao desenvolvimento, que tem enfrentado a região norte de Moçambique, desde o fim da guerra civil em 1992. Se for gerido de maneira a atingir os seus objectivos, este projecto poderá ser o catalisador de um futuro mais próspero para o Património Mundial Cultural, para a região de Nampula e para todo o país.

O projecto já teve efeitos significativos para a ilha. Acima de tudo, a criação de empregos para a comunidade local foi de extrema importância nesta região – cerca de 100 habitantes locais foram envolvidos no trabalho e nas obras e avaliação técnica preparatória e beneficiaram de formação profissional. O aprovisionamento em técnicas

tradicionais de construção, métodos e materiais favoreceu a intervenção e as competências dos pedreiros e artesãos locais. Reuniões regulares do Comité de Direcção como tribuna para a consciencialização e participação envolveram interessados locais e parceiros, ao mesmo tempo que incentivaram um importante intercâmbio de experiências sobre a reutilização do prédio e sobre as questões conexas que suscitam preocupações para a conservação e a gestão de toda a ilha. Uma melhoria extremamente directa e tangível das condições de vida na ilha é representada pela restauração do sistema de colecta de águas da fortaleza e pela instalação de uma nova cisterna destinada ao público em geral.



Na verdade, a fortaleza restaurada abrirá a economia da ilha e trará melhorias para o futuro bem-estar, sendo que este projecto oferece a oportunidade de reflectir e decidir sobre a sua mais apropriada função hoje, comemorando o seu uso tradicional e apontando, ao mesmo tempo, para um futuro promissor, como, por exemplo, centro de investigações para a conservação do património cultural, em cooperação com universidades nacionais e internacionais.



E para concluir, a UNESCO reconhece com gratidão a iniciativa do Governo moçambicano de lançar a actividade de salvaguarda internacional para a fortaleza de São Sebastião, tirando apropriadamente proveito do estatuto do Património Mundial da ilha e do seu impacto positivo para além da mera restauração da fortaleza. Os resultados alcançados devem ser vistos no contexto de um crescente desenvolvimento dinâmico na ilha e nas regiões vizinhas – hoje, um grande número de projectos internacionais consolidados e programas apoiam o Governo moçambicano nos seus esforços com vista a melhorar as condições de vida dos ilhéus, bem como do meio ambiente urbano da ilha.



Vistas da Ilha e das suas gentes

BREVE DESCRIÇÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

A cidade insular Ilha de Moçambique, que deu origem ao nome do país, foi registada nas rotas de navegação do Oceano Índico há vários séculos. Representa um importante vestígio do estabelecimento de rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o subcontinente indiano, tendo-se ela própria tornado numa espécie de vínculo com toda a Ásia.

A ilha está localizada num recife de coral com praias de areia que formam uma barreira entre o mar aberto e a baía. Implantada em águas calmas e protegida pelos recifes, com o continente a apenas 4 km a oeste, ela oferece um ancoradouro natural seguro para barcos e navios. Estreitos canais de maré formam a entrada da baía e foram outrora intensamente observados e protegidos pela fortaleza de São Sebastião e São Lourenço.

A baía é usada ainda hoje para comunicação pelos barcos pertencentes a uma série de empresas de pequenas aldeias, que possuem o que resta de fazendas fortificadas, empórios comerciais, mesquitas e cemitérios, alguns dos quais ainda estão em funcionamento.

A actual população da ilha é principalmente descendente de imigrantes bantus, no ano 200 d.C. Com populações árabes que comerciaram do século VIII ao século XVI, a ilha foi exposta ao Islão, uma influência ainda particularmente evidente no idioma local, o naharsa.

Com o assentamento dos Portugueses, nos séculos XVI e XVII, seguido pela dominação económica indiana durante os dois séculos seguintes e mais tarde o tráfico de escravos, a ilha tornou-se num verdadeiro cadinho intercultural. Em 1975, com a independência de Moçambique, a ilha adquiriu a sua própria identidade, no contexto de uma nação recentemente independente.

A ilha, agora ligada ao continente em Sanculo-Lumbo, por uma ponte, tem 3 km de comprimento e 200m a 500m de largura, com uma área urbana de aproximadamente 1 km² e quase 15.000 habitantes.

Há dois tipos de habitações:

- A “Cidade de Pedra”, construída em pedra e cal, na ponta norte da ilha, ocupa três sétimos da sua superfície. Sede do primeiro governo colonial português (1507–1898), na qual o conjunto de prédios administrativos, casas de comércio e armazéns, lugares de memória patrimoniais e algumas residências oferecem o seu charme particular de estruturas originais e de materiais de construção que parecem ter permanecido inalterados desde o século

XIX. O hospital e o seu parque delimitam a fronteira com a Cidade de Pedra.

- A “Cidade Macuti”, cujo nome provém dos telhados de palha, surgiu mais tarde, em 1868, quando um decreto foi promulgado, prescrevendo que as cabanas somente eram admitidas na área ao sul do hospital. Para a população nativa, isto significou que as cabanas tinham de ser removidas para as pedreiras abandonadas. Macuti é uma zona residencial com actividades comerciais locais emergentes e representa cerca de dois sétimos da área total da ilha.

O resto da ilha consiste nos campos de São Gabriel, no norte, próximo à Fortaleza de São Sebastião, e no cemitério, na extremidade sul.

Devido à ausência de lençol freático, desde os primeiros assentamentos a água foi obtida através da colecta de água da chuva em telhados planos. Isto deu lugar a um estilo arquitectónico particular em quase todos os prédios, desde a simples cabana macuti até aos grandes prédios comerciais na Cidade de Pedra.

A maior parte dos residentes da ilha ganha a vida com a pesca, alguns exercem actividades agrícolas e fabricações artesanais no continente, ao passo que outros estão envolvidos em comércio local e na produção e marketing prospectivo do sal. A recente melhoria representada pela ponte que liga a ilha ao continente deverá aumentar a mobilidade económica e social.

De uma maneira simplificada, podemos dizer que a ilha perdeu gradualmente a sua importância económica e política ao longo dos séculos. Foi a capital da colónia portuguesa de 1507 até 1898, quando a jurisdição foi transferida para o Estado, tendo a cidade que hoje se chama Maputo se transformado em capital. Todavia, esta mudança não afectou imediatamente a vida na ilha. A abertura simultânea do interior do continente para o comércio proporcionou maiores rendimentos para os comerciantes locais, não obstante o facto de que a abertura do Canal de Suez em 1869 também teve um efeito negativo no comércio exterior. Em 1935, a ilha também perdeu o seu estatuto de capital da província de Niassa, a qual foi transferida para Nampula. Por outro lado, quando o porto de Nacala foi inaugurado, em 1951, a maior parte das actividades comerciais e praticamente todas as actividades de navegação na ilha cessaram.

Durante a década de 1960, a ilha registou uma ligeira reactivação económica, com o aumento do turismo. Naquela época, os Portugueses estavam a restaurar um certo número de monumentos religiosos, administrativos e militares, unicamente com o intuito de aumentar a sua atratividade para os turistas, como foi o caso do Palácio do Governador, que hoje é um museu.

Com o advento da independência, em 1975, um certo número de Portugueses e os seus descendentes deixaram a ilha e o país. Os prédios abandonados foram ocupados por habitantes locais. Alguns dos mais pobres foram obrigados a retirar vigas, pisos, portas e janelas para os utilizar em novas estruturas e assentamentos em diversas áreas da ilha.

A despeito dos esforços empreendidos pelo Governo de Moçambique após 1975 com vista a promover a salvaguarda da ilha, o início da guerra civil anulou as iniciativas anteriores e debilitou a capacidade instalada da ilha.

A estagnação da economia no final da década de 1980 e início da de 1990, consequência da guerra civil, entre outras razões, afectou a economia de quase subsistência da ilha, solapando ainda mais a ordem física e económica. Um certo número de refugiados chegaram à ilha durante a guerra civil, o que teve por consequência o aumento dos problemas de densidade excessiva e da pobreza. Com os acordos de paz, a maior parte dos refugiados foram reinstalar-se no continente.

Embora sendo as águas circundantes protegidas, a ilha é afectada por tempestades a cada ano. Em 2008, um ciclone causou consideráveis danos à fortaleza, tendo a UNESCO reagido, através da prestação de assistência internacional nos termos da Convenção sobre a Protecção do Património Mundial.

A despeito de a infra-estrutura económica da ilha permanecer precária, como é o caso da situação global do país, que ainda está a recuperar-se dos anos de luta pela independência e das guerras civis, a situação geral tem mostrado claros indícios de desenvolvimento e melhorias nos planos social e económico. O Sítio do Património Mundial da Ilha de Moçambique está por tornar-se num exemplo de desenvolvimento sustentável, melhorando as condições de vida para os seus habitantes, através de actividades com vistas à preservação dos seus bens culturais, tornando-se, ao mesmo tempo, uma atracção turística nacional e internacional.



Mapa da Ilha (1639), ilustrada no "Codice iluminado 139", António Mariz Carneiro *Descrição das Fortalezas de Sofala e das mais da Índia*.

A FORTALEZA DE SÃO SEBASTIÃO

A construção da Fortaleza de São Sebastião, encomendada por Dom João de Castro, Vice-Rei das Índias Portuguesas, foi realizada de 1545 a 1547. Uma estrutura maciça e intimidante era necessária para afirmar o papel de Portugal e defender os seus interesses no turbilhão de um crescente comércio internacional e o arquitecto militar português Miguel de Arruda (morto em 1563) foi escolhido para a concepção de uma fortaleza destinada a substituir o obsoleto pequeno forte de São Gabriel, que tinha sem dúvida alguma perdido a sua capacidade de enfrentar a ameaça iminente dos sultanatos Swahili vizinhos, bem como a artilharia turca.

A falta de mão-de-obra especializada atrasou as obras até 1558, quando cortadores de pedras oriundos de Goa, escravos e residentes finalmente começaram a construir este imenso empreendimento, que recebeu a sua primeira guarnição militar em 1583. A capacidade inicial da fortaleza, de cerca de trinta soldados e oficiais coloniais, foi aumentada até ao século XIX, quando várias centenas de soldados de diferentes companhias foram ali baseados e algumas alas foram usadas como prisão até 1975.

A Fortaleza de São Sebastião possuía notável potência militar, com um importante arsenal de artilharia e de pólvora de canhão para defender e contra-atacar o inimigo. Em épocas de ameaças de ataques, ela oferecia abrigo aos ilhéus – como ocorreu durante a invasão holandesa em 1607, quando a população local resistiu ao cerco durante três meses, graças principalmente ao sistema complexo de colecta de águas pluviais instalado nos telhados concebidos de maneira inteligente. As cisternas da fortaleza também serviam para reabastecer os reservatórios de água dos navios mercantes.

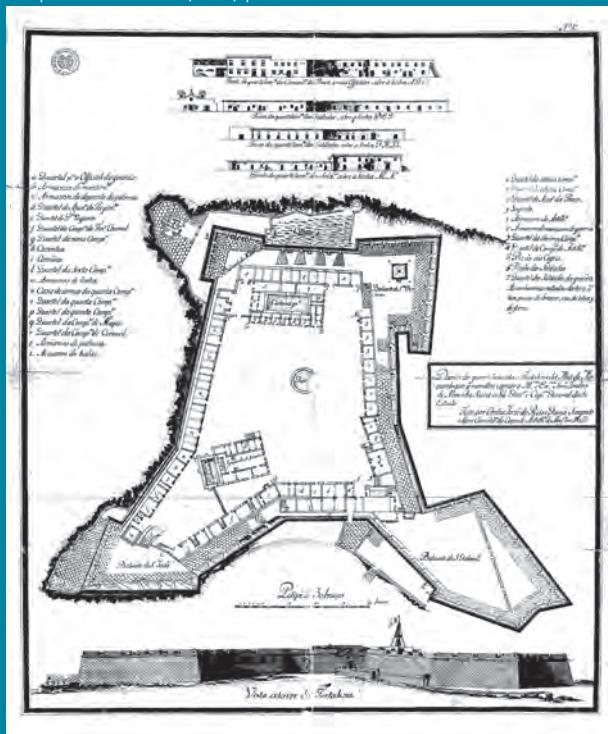
A descrição da fortaleza na legendária narrativa de viagem em Moçambique do século XVI Etiópia Oriental, do missionário dominicano Padre João dos Santos (morto em Goa, em 1622), indica que pouco mudou desde a sua origem, dado que as estruturas referidas ainda existem – em particular, a pequena capela de Nossa Senhora do Baluarte, que se pensa ser a mais antiga construção portuguesa no hemisfério sul e, com as suas arcadas finamente trabalhadas, um exemplo extraordinário de arquitectura manuelina.

Na ponta desta ilha, à entrada do banco de areia, encontra-se a fortaleza, onde o capitão vive junto com os soldados de guarda portugueses, que ficam em prontidão dia e noite: durante o dia, à entrada, e à noite, no alto das muralhas e dos bastiões (dos quais há quatro exemplos de grande solidez: dois

frente ao mar e dois voltados para a ilha), e na qual o mar aparece num lado e no outro, havendo ali um grande número de belas e possantes peças de artilharia; ... dentro da fortaleza, há uma cisterna com capacidade para 800.000 litros de água pluvial, colectada através de canos que vêm do alto dos telhados e das paredes. Na parte interna, há depósitos para pólvora de canhão e outros elementos necessários à defesa da fortaleza, bem como reservas de arroz e milho... No pátio central da fortaleza, há uma nova igreja, que ainda está por ser acabada, que servirá de Sé, e junto desta, uma Santa Casa de Misericórdia. Esta fortaleza é uma das mais sólidas nas Índias. Fora da fortaleza, na ponta da ilha, há uma capela de Nossa Senhora do Baluarte, cujo nome foi dado por respeito ao facto que a igreja tinha sido um baluarte, no qual era mantida a artilharia de defesa, antes da construção da fortaleza.

Fonte: Adaptado de Luís Felipe Pereira, A Fortaleza de São Sebastião, Paris, UNESCO, 2003.

Mapa da fortaleza (1802) por Carlos José dos Reis e Gama





Remoção da vegetação das muralhas.



Reconstrução e impermeabilização das lajes de cobertura em pedra de coral.





PROJECTO DE RESTAURO DA FORTALEZA DE SÃO SEBASTIÃO:

Estratégia de restauração, obras realizadas e resultados obtidos

Sr. JOSÉ FORJAZ

José Forjaz Arquitectos - Consultores em Arquitectura e supervisores das obras

O concurso internacional para o projecto de restauração e reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique, representou um momento extremamente importante e significativo para a carreira profissional dos consultores em arquitectura, tendo-lhes proporcionado a oportunidade de competir com um grande número de especialistas internacionais altamente qualificados e devido ao valor emocional e simbólico que exerce a fortaleza em todos os arquitectos moçambicanos, os quais têm sido há tantos anos fascinados pela ilha e mobilizados pelos seus problemas.

O trabalho de levantamento representou uma oportunidade única para um mais amplo estudo da história e das técnicas secretas da fortaleza e, ao mesmo tempo, para a apreciação das obras e do génio artístico de trabalhadores africanos e europeus que juntos tornaram possível esta extraordinária realização humana.

A maior parte das intervenções propostas para a primeira etapa das obras de restauro relacionavam-se com a manutenção, a fim de suprimir o processo de degradação progressiva da estrutura, mas foi sentida a necessidade de acrescentar novas dimensões ao carácter utilitário da fortaleza, dado que a sua finalidade defensiva já não era justificada, e impedir que este rico património histórico se tornasse numa mera monumental peça de museu. Neste sentido, era imprescindível que a função mais imediata e mais útil da fortaleza como fonte de abastecimento de água à comunidade dos ilhéus não devia ser afectada pelas obras e por qualquer uso futuro.

Para o efeito, foi proposta a construção de uma nova cisterna de água limpa, fora das muralhas de defesa, alimentada a partir de um sistema de colecta de águas pluviais completamente restaurado e melhorado, instalado na fortaleza. Desta maneira, o melhor uso possível das características históricas do monumento pode ser feito, ajudando, ao mesmo tempo, a melhorar as condições de vida da comunidade.

As limitações financeiras do projecto não permitiram que fossem recuperados completamente todos os elementos estruturais da fortaleza, embora o estudo contenha todos os elementos necessários para uma intervenção completa orientada para a sua

adaptação às distintas funções a serem identificadas como apropriadas para uso futuro.

Em apenas um caso foram propostas alterações aos aspectos originais espaciais e estruturais dos prédios. Um interior com dois pisos foi planeado, para tirar proveito de uma estrutura de piso suspenso que desabou, no qual a memória das obras de restauração será preservada e um espaço de múltiplos usos muito especial será criado.

Estratégia de intervenção

Os estudos e as análises pormenorizadas realizados para a definição e a quantificação das intervenções exigidas para o restauro da fortaleza forneceram a informação necessária à definição da estratégia de intervenção:

- A fortaleza foi submetida a um número incontável de transformações durante a sua história, em particular entre o início e meados do século XX, como confirma a documentação encontrada nos Arquivos Nacionais e em outras fontes.
- Estas transformações relacionavam-se, na maioria dos casos, com a construção de paredes de subdivisão e com a adaptação de prédios para usos diferentes daqueles originalmente designados.
- A maior parte da laje dos tectos, originalmente construída com vigas de madeira sobre as quais um concreto feito de pedras de coral era aplicado em telhas de cerâmica ou lajes de pedras de coral, foi substituída por lajes de concreto reforçado, seguindo a geometria e os declives originais, presumivelmente utilizando a estrutura de madeira original como cofragem. Em muitos casos, esses elementos estruturais foram deixados no local, sem nenhuma função estrutural.
- A maior parte dessas lajes de concreto reforçado, que à primeira vista pareciam estar seriamente danificadas pela água e pelas intempéries, encontravam-se, na verdade, em condições relativamente boas e puderam ser reparadas sem grande demolição.
- As vigas de madeira deixadas no local não podiam ser utilizadas, em termos estruturais, e inicialmente foram interpretadas como uma tentativa feita pelos engenheiros militares de reterem o efeito de métodos de construção originais. Os arquitectos viram, desde então, esta opinião e as vigas foram retiradas. O madeiramento estrutural excedente recuperado desta operação foi quase suficiente para a reconstrução de partes dos prédios em que era necessário seguir a tecnologia de construção original.



Vista aérea da fortaleza

- A maior parte das patologias encontradas nas lajes de concreto reforçado eram devidas à penetração de água de sistemas defeituosos de colecta de águas. Parte das lajes do tecto tiveram de ser cortadas e fundidas novamente com o devido cuidado, para a continuidade do reforço e adaptação do novo concreto ao antigo.
- A estratégia de salvaguarda da integridade estrutural do monumento, que era o objecto desta fase do projecto, foi condicionada pelas severas limitações impostas no contrato para o primeiro prédio.

Após um amplo estudo das características geométricas, técnicas e arquitectónicas e das condições ambientais do sítio, foi constatado que os seguintes factores condicionavam a reabilitação das várias estruturas e prédios:

A fortaleza estava a ponto de tornar-se numa ruína, pelo menos no caso de alguns dos seus componentes, embora os aspectos mais flagrantes da deterioração fossem mais superficiais do que estruturais e medidas remediadoras pudessem fornecer uma solução a um certo número de problemas. A intervenção mais urgente, para impedir quaisquer desmoronamentos estruturais, dependia amplamente da impermeabilização dos tectos. Entre vários factores que contribuíram para esta situação, o mais importante foi a falta de manutenção no decorrer dos últimos quatro decénios.

As condições ambientais extremamente agressivas do sítio, com as muralhas de protecção construídas directamente sobre a rocha de corais que se ergue do mar e agravadas pelo clima tropical, com ciclones, chuvas intensas durante vários meses do ano e altos índices de humidade permanentes, tornando a secagem das paredes e dos tectos num processo muito lento.

A natureza dos materiais de construção

A fortaleza foi construída inteiramente a partir de pedras de coral, um material altamente impregnado de infiltrações salinas e extremamente higroscópico. A lixiviação das águas pluviais, facilitada pela impermeabilidade danificada ou defeituosa e por fendas nas lajes do tecto e nas paredes dos parapeitos, havia contribuído para a corrosão de partes do reforço de aço das estruturas de concreto e para a degradação de uma grande parte do revestimento das paredes e, por conseguinte, da sua integridade estrutural.

O crescimento de vegetação nas muralhas de protecção e nas numerosas fissuras nas lajes do tecto, calhas pluviais, canos pluviais e condutos verticais, beiradas de janelas, etc., que havia destruído um certo número de elementos arquitectónicos e, através do bloqueamento das calhas, desempenhou



Planta do primeiro nível.



THE SAN SEBASTIAN FORTRESS

REHABILITATION PROJECT • ISLAND OF MOZAMBIQUE • MOZAMBIQUE • MAY 2007

INTERIOR VIEWS • CHAPEL



www.joseforjazarquitectos.com • Av. 24 Julho, nº 67, Maputo, Moçambique • tel: 21 493016 • celular: 82 3018990 • fax: 21 493016 • joseforjazarquitectos@vncabo.co.mz

JOSÉ FORJAZ • ARQUITECTOS

THE SAN SEBASTIAN FORTRESS

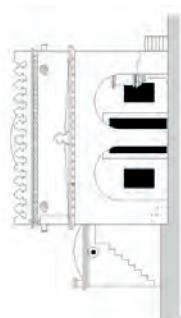
REHABILITATION PROJECT • ISLAND OF MOZAMBIQUE • MOZAMBIQUE • MAY 2007

PATHOLOGIES • CHAPEL



www.joseforjazarquitectos.com • Av. 24 Julho, nº 67, Maputo, Moçambique • tel: 21 493016 • celular: 82 3018990 • fax: 21 493016 • joseforjazarquitectos@vncabo.co.mz

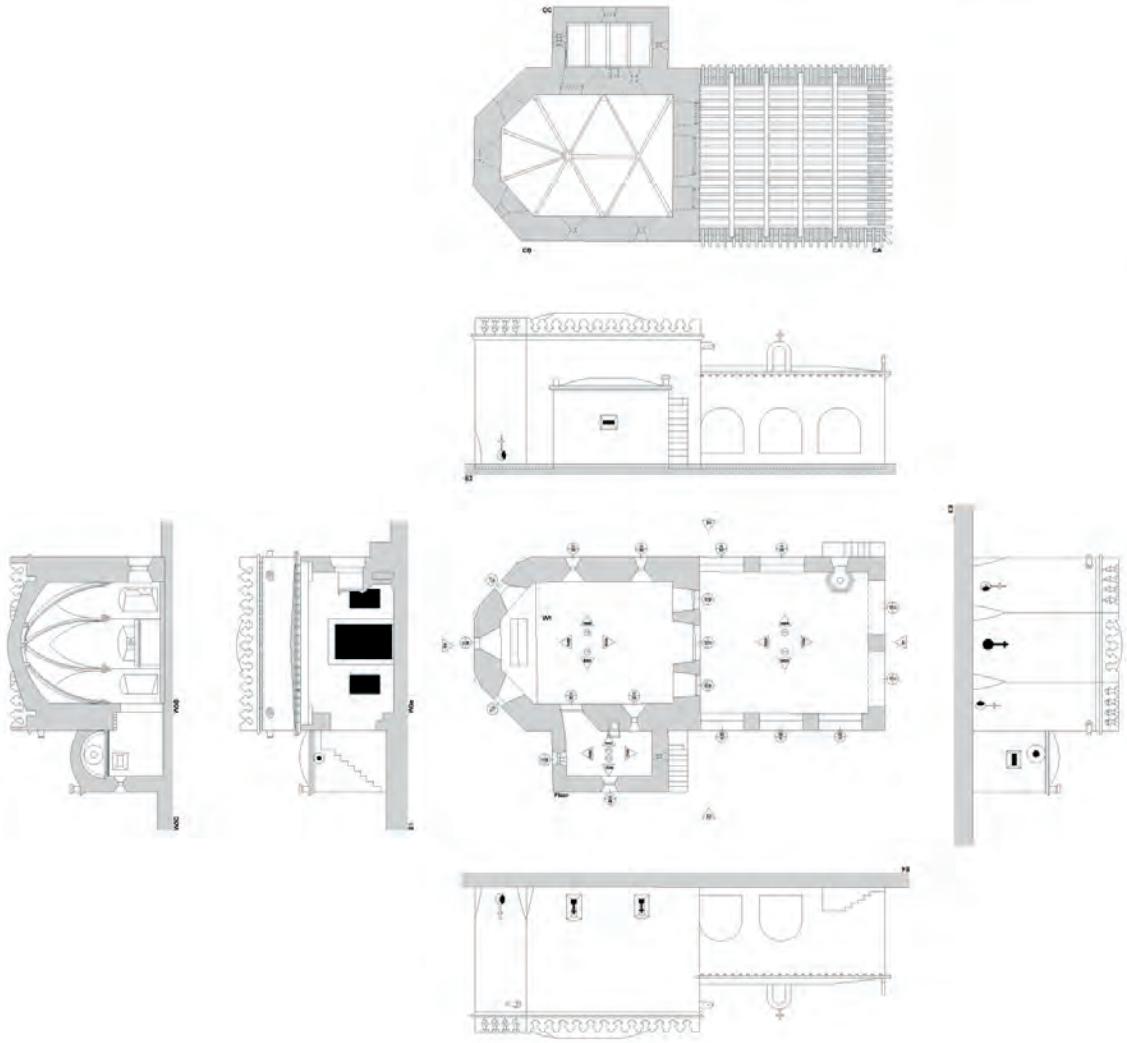
JOSÉ FORJAZ • ARQUITECTOS





Element	Area (m ²)	Volume (m ³)
Wall 01	18.2	
Wall 02	24.2	
Wall 03	26.2	
Wall 04	26.2	
Wall 05	26.2	
Column 01	4	10.00 0.4
Secondary structure	10	1.0 0.1 0.9
Opening 01	12	1.0 0.1 1.2
Opening 02	6	
Wall	5	
Roof	5	
Wall 06	25.0	
Wall 07	25.0	
Wall 08	25.0	
Wall 09	25.0	
Wall 10	25.0	
Column 02	4	10.00 0.4
Column 03	4	10.00 0.4
Column 04	4	10.00 0.4
Column 05	4	10.00 0.4
Column 06	4	10.00 0.4
Column 07	4	10.00 0.4
Column 08	4	10.00 0.4
Column 09	4	10.00 0.4
Column 10	4	10.00 0.4
Column 11	4	10.00 0.4
Column 12	4	10.00 0.4
Column 13	4	10.00 0.4
Column 14	4	10.00 0.4
Column 15	4	10.00 0.4
Column 16	4	10.00 0.4
Column 17	4	10.00 0.4
Column 18	4	10.00 0.4
Column 19	4	10.00 0.4
Column 20	4	10.00 0.4
Column 21	4	10.00 0.4
Column 22	4	10.00 0.4
Column 23	4	10.00 0.4
Column 24	4	10.00 0.4
Column 25	4	10.00 0.4
Column 26	4	10.00 0.4
Column 27	4	10.00 0.4
Column 28	4	10.00 0.4
Column 29	4	10.00 0.4
Column 30	4	10.00 0.4
Column 31	4	10.00 0.4
Column 32	4	10.00 0.4
Column 33	4	10.00 0.4
Column 34	4	10.00 0.4
Column 35	4	10.00 0.4
Column 36	4	10.00 0.4
Column 37	4	10.00 0.4
Column 38	4	10.00 0.4
Column 39	4	10.00 0.4
Column 40	4	10.00 0.4
Column 41	4	10.00 0.4
Column 42	4	10.00 0.4
Column 43	4	10.00 0.4
Column 44	4	10.00 0.4
Column 45	4	10.00 0.4
Column 46	4	10.00 0.4
Column 47	4	10.00 0.4
Column 48	4	10.00 0.4
Column 49	4	10.00 0.4
Column 50	4	10.00 0.4
Column 51	4	10.00 0.4
Column 52	4	10.00 0.4
Column 53	4	10.00 0.4
Column 54	4	10.00 0.4
Column 55	4	10.00 0.4
Column 56	4	10.00 0.4
Column 57	4	10.00 0.4
Column 58	4	10.00 0.4
Column 59	4	10.00 0.4
Column 60	4	10.00 0.4
Column 61	4	10.00 0.4
Column 62	4	10.00 0.4
Column 63	4	10.00 0.4
Column 64	4	10.00 0.4
Column 65	4	10.00 0.4
Column 66	4	10.00 0.4
Column 67	4	10.00 0.4
Column 68	4	10.00 0.4
Column 69	4	10.00 0.4
Column 70	4	10.00 0.4
Column 71	4	10.00 0.4
Column 72	4	10.00 0.4
Column 73	4	10.00 0.4
Column 74	4	10.00 0.4
Column 75	4	10.00 0.4
Column 76	4	10.00 0.4
Column 77	4	10.00 0.4
Column 78	4	10.00 0.4
Column 79	4	10.00 0.4
Column 80	4	10.00 0.4
Column 81	4	10.00 0.4
Column 82	4	10.00 0.4
Column 83	4	10.00 0.4
Column 84	4	10.00 0.4
Column 85	4	10.00 0.4
Column 86	4	10.00 0.4
Column 87	4	10.00 0.4
Column 88	4	10.00 0.4
Column 89	4	10.00 0.4
Column 90	4	10.00 0.4
Column 91	4	10.00 0.4
Column 92	4	10.00 0.4
Column 93	4	10.00 0.4
Column 94	4	10.00 0.4
Column 95	4	10.00 0.4
Column 96	4	10.00 0.4
Column 97	4	10.00 0.4
Column 98	4	10.00 0.4
Column 99	4	10.00 0.4
Column 100	4	10.00 0.4

Scale: 1/100





Remoção da vegetação intrusiva e reconstrução da superfície da laje.



um papel preponderante na degradação das lajes do tecto e das paredes.

A remoção de todas as portas e janelas, algumas das quais tinham sido substituídas por portas improvisadas, para permitir que a fortaleza servisse, durante um certo tempo, de escola secundária. A penetração das águas pluviais através de aberturas sem protecção havia fortemente contribuído para a deterioração das poucas estruturas de suporte do tecto através de madeiramento.

A definição de uma estratégia para a prevenção de maior degradação da fortaleza dependia das seguintes condições:

- As limitações financeiras do orçamento;
- As dificuldades de transporte dos materiais para e partir da ilha, dado que a ligação através da ponte com o continente tem capacidade limitada de uma tonelada de capacidade de carga e não há quebra-mar que permita operações fáceis de carregamento e descarregamento de materiais para uma travessia marítima;
- A impossibilidade de deitar fora os resíduos de demolição na ilha;
- A temporada das chuvas, que impôs estritos limites de tempo para a realização de determinadas operações;
- A dificuldade de encontrar artesãos e pessoal qualificado localmente;
- A distância da ilha relativamente a quaisquer grandes centros urbanos.

Tendo em conta essas limitações e condições, bem como os objectivos do projecto, um conjunto de linhas directivas com vista a uma estratégia de intervenção viável foi definido, respeitando os objectivos do projecto e as necessidades de obedecer a sólidos princípios de restauração de monumentos históricos.

Principais intervenções prescritas

- Erradicação e extracção das raízes de toda a vegetação invasora;
- Tratamento e reparação de todo o concreto reforçado que pudesse ser reabilitado;
- Corte e remoção de todo o concreto reforçado que não pudesse ser reabilitado, bem como a sua substituição pelo remodelamento de novas partes. Em vários casos, este trabalho envolvia o remodelamento de elementos estruturais, tais como vigas, lajes de tecto e de piso, bem como vergas.
- Demolição de tectos de construção original e/ou lajes de pisos ameaçados e reconstrução com materiais tradicionais;
- Impermeabilização de todos os tectos e paredes de protecção e quaisquer outros elementos arquitectónicos, com vista a prevenir a penetração de água da chuva e de outras deteriorações das paredes e das lajes de tecto;





A nova cisterna fora da fortaleza fornece água do reabilitado sistema de recolha de águas à população da Ilha de Moçambique

- Protecção das superfícies impermeabilizadas, para permitir a passagem de peões;
 - Limpeza e reparação das calhas, dos canos pluviais e das gárgulas, tanto no nível dos tectos como dos pisos, para permitir o livre escoamento das águas pluviais para as cisternas e para o mar;
 - Reparação das cisternas de águas pluviais, com a impermeabilização e a instalação de bombas submersas que descarregavam água limpa para uma cisterna externa;
 - Construção de uma cisterna fora das muralhas de protecção, a ser alimentada a partir das cisternas existentes, para melhorar o saneamento para os ilhéus;
 - Construção de instalações públicas sanitárias dentro de um prédio existente, conectado a um sistema de tratamento e dispersão de efluentes, assegurando o escoamento seguro das águas servidas;
 - Instalação de um sistema de energia eléctrica e ajustagem de um painel de distribuição;
 - restauração completa de uma parte escolhida da fortaleza (Secor HL, na representação de dados adoptada), ajudando a definir custos de restauro reais e exemplificando os padrões de acabamento e o tratamento estrutural a ser observado em futuras intervenções para restauros.
- Esta reconstrução parcial da secção HL dos prédios seria o lugar ideal para a instalação dos escritórios administrativos e o escritório central para os futuros projectos de restauração. Também poderá servir como entrada ou sala de recepção para visitantes, bem como uma fonte de orientação e de guiamento.

Aprovisionamento de materiais para obras de restauração

Para facilitar o desenrolar sem incidentes das obras de restauro, alguns aspectos foram especialmente levados em consideração, como por exemplo o aprovisionamento de cal e madeira, materiais fundamentais para o sucesso das operações nos prédios. Estes problemas foram superados através da redução das necessidades em madeira nova, graças à reutilização de elementos recuperados das obras e do uso de cal de produção local tanto quanto possível.

Treinamento

Uma firma moçambicana de arquitectos foi designada para realizar o projecto e supervisionar as obras, após um concurso internacional. Os arquitectos empregam maioritariamente Moçambicanos como arquitectos e estagiários e recrutaram estudantes de arquitectura para os estudos e como assistentes para as equipas de supervisão.

Uma sucursal local de uma empresa internacional de construção de Portugal foi seleccionada

através de concurso internacional. O construtor utilizou exclusivamente pessoal local até ao nível de artesãos qualificados, contando com a assistência de especialistas expatriados em caso de necessidade. Alguns dos artesãos foram submetidos a um treinamento especializado em Lamu Old Town (Quénia) sobre a tecnologia da preparação da cal e do seu uso nas obras de alvenaria e estuque.

O canteiro de obras e a sua organização proporcionaram uma excelente oportunidade para a transmissão de competências a mais de cem operários.

Formato da apresentação

Todas as plantas dos espaços interiores foram apresentadas no mesmo formato: planta, elevações internas, secções e planta reflectida dos tectos. As elevações e secções são entalhadas na planta e a planta do telhado indica todos os elementos estruturais.

Para cada espaço, duas folhas foram preparadas com fotografias do pavimento, das paredes, do tecto e das mais importantes patologias em cada caso.

Um estudo fotográfico completo de todos os espaços foi preparado e fornecido com o contrato de empreitada, para servir de referência em caso de litígio.

A ficha elaborada para cada espaço foi organizada segundo os elementos de construção – piso, paredes, tecto, portas, janelas e outros.

Para cada elemento de construção, uma descrição quantitativa e qualitativa, tendo por referência uma lista codificada de patologias, foi elaborada.

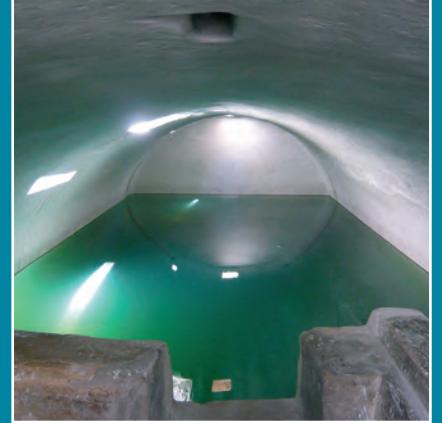
A equipa

Os arquitectos desejam agradecer a Pierre André Lablaude e a Colette di Matteo, especialistas franceses em restauração, que tiveram a grande generosidade de aceitar um convite para vir a Paris a fim de dar preciosos conselhos sobre a definição de uma sólida estratégia para as obras de reabilitação.

Também querem mencionar todos os membros da equipa moçambicana, cuja dedicação e competência produziram excelentes resultados: Vitor Tomas, Yorick Oudayer, Jorge Silva, Carlos Schwalbach, Isa Telles, Filipe Branquinho, Bruno Lopes, António Colaço, Mdungaze Rebelo, Marco Roxo Leão, Muhamad Cassimo, Isaias Mota Ferreira (Zico), Muhamad Suhel Arby e Tarmamade Adamgy Tarmamade.



A varanda do bloco HL com vista sobre o pátio principal (em cima).



Reabilitação da cisterna (em cima) e o Vantmure que leva ao bastião Norte (em baixo).



DESAFIOS PARA A FASE II – REABILITAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO

O projecto de reabilitação foi concebido em duas fases. Para além da avaliação técnica e da preparação das obras, a Fase I concentrou-se na urgente consolidação estrutural e nas obras de restauração, a fim de prevenir maiores deteriorações, bem como no fornecimento de serviços e instalações de base (electricidade, instalações públicas de fornecimento de água e WCs públicos) e agora está amplamente concluída, embora algumas intervenções ainda estejam à espera de financiamento. A Fase II concentrar-se-á na reabilitação para reutilização e na gestão sustentável, bem como na manutenção da fortaleza.

Quais são os desafios específicos que enfrentará a Fase II?

Em primeiro lugar, as intervenções em curso para a Fase I, inclusive as obras estruturais, a restauração e as paredes externas, o ajardinamento e a iluminação necessitam ser completados. Por outro lado, os resultados das recentes obras suscitam investigações históricas e arqueológicas mais intensas no sítio.

Em segundo lugar, as reparações de emergência dos danos causados pela tempestade de 2008 nas paredes de defesa de baterias no nível inferior e na base de suporte de coral têm de ser feitas com urgência. O Comité do Património Mundial aprovou o pedido de Assistência Internacional de Urgência, formulado por Moçambique, que cobre cerca de um quarto do custo total, sendo assim necessários fundos suplementares.

Em terceiro lugar, a fim de tornar as realizações justificáveis e sustentáveis, a fortaleza tem de tornar-se atraente para os turistas e visitantes, a começar pelas instalações do centro de visitantes e os escritórios administrativos e de gestão.

Em último lugar, mas longe de ser o ponto menos importante, vem a questão aberta da reutilização da fortaleza, sobre a qual o Governo de Moçambique tem de tomar uma decisão num futuro próximo. O destino da Fortaleza de São Sebastião reabilitada é uma questão complexa e só poderá ser resolvida através de estreita consulta a todas as partes interessadas. Dado que o sítio oferece um grande número de espaços que podem facilmente ser convertidos para diferentes finalidades, um grande número de possibilidades de reutilização foi analisado, incluindo um museu, uma sala de conferência, um centro de investigações, um mercado e oficina de obras de arte e artesanato, escritórios, cafeteria e pousada de estilo tradicional português. Todas estas sugestões contribuirão para reforçar a fortaleza como uma importante atracção turística no Norte de Moçambique, criando uma fonte sustentável de rendimentos para a economia e a população locais. Entre as propostas formuladas, o plano de instalação de um centro de investigações de pós-graduação para a preservação do património poderá ser prosseguido, graças à assistência financeira do Governo Neerlandês até 2011. Fundos adicionais terão, porém, de ser levantados para assegurar a conclusão da actividade.

Sem dúvida alguma, a actual elaboração do plano de gestão da Ilha de Moçambique através de uma abordagem participativa oferece uma excelente oportunidade para que as populações e o governo enfrentem esta questão fundamental e determinem a reutilização mais adequada e promissora desta parte importante do seu património.



A entrada na muralha Sul (à direita) e a capela vista da muralha (em baixo).



A COMUNIDADE E O PROJECTO DE REABILITAÇÃO

Mohammad Cassimo (25), jovem arquitecto na equipa de consultores em arquitectura José Forjaz Arquitectos, participou no estudo da fortaleza, bem como na supervisão diária das obras.

"Nasci e cresci aqui na Ilha e tanto quanto possa lembrar-me sempre quis ser arquitecto, para poder ajudar a restaurar a Ilha de Moçambique. Por isso, o facto de trabalhar hoje no projecto de reabilitação é, para mim, totalmente espectacular.

A minha paixão pela Ilha e o meu amor pela arquitectura foram unidos neste projecto: é uma experiência surpreendente.

Quando eu terminar os meus estudos de arquitectura em Maputo, quero enriquecer os meus conhecimentos no estrangeiro e depois voltar para cá e dedicar as minhas competências à preservação do património arquitectónico da minha cidade natal, a Ilha de Moçambique."

Amade Ussene (60), mestre pedreiro, trabalha para o Conselho Municipal da Ilha desde 1997. Antes do projecto da Fortaleza de São Sebastião, Amade também participou na restauração da Casa Girassol (2003-2008), na ilha, pelo consórcio moçambicano-português Teixeira Duarte / Bel.

"O mérito inestimável da preservação do património é que cria empregos. A Ilha tem necessidade de empregos e todos nós temos o direito de trabalhar. Pessoalmente, foi muito gratificante aplicar as minhas competências e a minha experiência nas obras de alvenaria, especialmente porque gozávamos de grande apoio por parte dos supervisores.

Embora tenhamos tido alguns anos de experiência com cal e restauração de pedras, graças à estreita cooperação com a empresa de restauração, tivemos a oportunidade de adequar e aperfeiçoar técnicas cada vez que foi necessário.

Se eu pudesse fazer algo pela Ilha, eu criaria novos empregos e ofereceria um sistema seguro de distribuição de água aqui e nos arredores.

Todas as cisternas da Ilha têm de ser reabilitadas, para que possam novamente fornecer água limpa às populações.

Não há dúvida de que somente empregos e um sistema seguro de distribuição de água proporcionarão à Ilha um melhor futuro."

Abdala Cássimo (46), é mestre pedreiro e também trabalhou com a equipa de restauração da Teixeira Duarte / Bel. Desde 1978, tem estado envolvido com o sector público e com o Museu da Ilha e tem prestado assistência desde 1997 ao Conselho Municipal.

"Temos grande orgulho da Ilha. Por isso, não podemos permitir que se transforme assim em ruínas. Desejamos ter uma bela ilha e portanto temos que restaurar o nosso património, bem como mantê-lo e preservá-lo.

No meu posto actual, eu nem sempre tenho a oportunidade de meservir das minhas competências profissionais e, naturalmente, tenho imenso prazer em as exercer.

Na verdade, durante essas obras de restauração, as minhas responsabilidades ultrapassaram até mesmo as meras obras de alvenaria, dado que me foi confiada a escolha da madeira e a verificação de que todas as vigas de madeira se encontravam correctamente colocadas, para as etapas seguintes.

Com a nossa própria longa experiência e o treinamento especial obtido em Lamu e Zanzibar, nós nem sempre concordámos imediatamente com os métodos de restauração propostos pelos supervisores.

Mas, graças a um diálogo constante e altamente construtivo no âmbito da equipa, reforçado por algumas experiências no próprio local, sempre conseguimos encontrar rapidamente as soluções técnicas mais adequadas para os respectivos problemas.

Profissionalmente, foi uma experiência muito frutuosa e enriquecedora para mim. É o meu sonho ver totalmente reabilitada a Ilha de Moçambique, as suas casas, ruas, os seus jardins e cisternas.

As obras de reabilitação podem criar empregos e, por conseguinte, melhorar as nossas vidas e atrair mais turistas."



Amade Ussene.



Abdala Cássimo.



Muhammad Cassimo.

DATAS MARCANTES

Século X: Primeira menção da Ilha de Moçambique, em documentos escritos árabes.

Séculos X-XV: Empórios comerciais árabes.

1498: Vasco da Gama aporta na Ilha.

1502: Segunda viagem de Vasco da Gama. É fundado o primeiro empório comercial português na Ilha de Moçambique.

1507–1508: É construído o Forte de São Gabriel.

1522: A Capela de Nossa Senhora do Baluarte é construída.

1558–1620: O Forte de São Sebastião é construído, como protecção contra possíveis ataques turcos.

1607: A Ilha é atacada sem sucesso pelos Holandeses.

1750–1840: Período do tráfico de escravos.

1762: A Ilha deixa de ser administrada pelo Vice-Rei de Goa, passando sob a autoridade directa da Coroa Portuguesa.

1869: A abertura do Canal de Suez torna possível alcançar as Índias a partir da Europa, sem passar pelo Cabo da Boa Esperança e por Moçambique.

1898: A capital de Moçambique é transferida para Lourenço Marques (hoje Maputo). A Ilha torna-se numa simples capital provincial.

1947: A construção do porto de Nacala, um pouco mais ao norte, acarreta a morte económica da Ilha.

1975: A independência de Moçambique é proclamada em 25 de Junho.

1991: A Ilha de Moçambique é classificada pela UNESCO como Património Mundial.

2008: Início das obras de restauro da Fortaleza de São Sebastião.



Fonte: Adaptação do Correio da UNESCO, 1997.

Vistas da fortaleza antes da reabilitação.

AGRADECIMENTOS

A UNESCO exprime o seu profundo agradecimento ao Governo do Japão, pelo seu generoso apoio financeiro com vistas à realização desta publicação.

Os editores desejam apresentar os seus especiais agradecimentos ao Sr. Francisco Monteiro, cujas competências técnicas foram fundamentais para o sucesso do projecto de restauro, à equipa de arquitectos da empresa José Forjaz Arquitectos, encarregada da preparação técnica e dos trabalhos de supervisão, bem como ao consórcio de restauração Teixeira Duarte / Bel, que executou as obras.

Além disso, queremos manifestar a nossa sincera gratidão pelo contínuo apoio do Sr. Akio Arata, Director da Divisão de Cooperação com Fontes de Financiamento Extraorçamentais da UNESCO; à Sra. Claudia Harvey, Directora do Escritório da UNESCO em Maputo, bem como ao Sr. Kishore Rao, Vice-Director do Centro do Património Mundial. Também prestamos agradecimentos a Barbara Blanchard, Isabelle de Billy, Gina Doubleday, Chiho Horiuchi-Radjai, Leila Maziz, Salvatore Mineo, Junko Okahashi, Patrícia Safi, Nana Thiam, Vesna Vujicic-Lugassy e Elizabeth Wangari.

As ideias e opiniões expressas na presente publicação são as dos autores e não necessariamente as da UNESCO e não vinculam a Organização.

As designações empregadas e a apresentação do material em toda esta publicação não implicam de maneira alguma a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO, relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou as suas autoridades, ou ainda no que respeita à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Publicado em 2009, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França.

© UNESCO, 2009
Todos os direitos reservados.

ISBN 978-92-3-104140-2
© UNESCO

Editores

Lazare Eloundou e Jana Weydt,
Centro do Património Mundial da UNESCO

Trabalho editorial

Caroline Lawrence

Concepção e escolha de material ilustrativo

José Forjaz Arquitectos, Mozambique

Créditos de imagens e fotografias

todas as imagens da colecção da José Forjaz Arquitectos excepto onde especificado em baixo (da esquerda para a direita e de cima para baixo José Augusto Martins: p. 4; p. 18 nº 1 Serviços geográficos e cadastrais, provincia de Moçambique: p. 9 Biblioteca Nacional de Portugal: p.13 Arquivo Histórico de Moçambique: p. 14 UNESCO/ F. Monteiro: p. 10 nº 4; p. 15 nº 1, nº 4, nº 5 and nº 6; p. 22 nº 1 and nº 3; p. 24 nº 1 and nº 2; p. 26 nº 3, nº 5, nº 6, nº 8 and nº 9; p. 27 bottom left; p. 28 nº 1 and nº 2; p. 29 nº 2, nº 3 and nº 4;

Parceiros no projecto de reabilitação

Governo de Moçambique
Governo do Japão
União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA)
Governo Português, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
Governo de Flandres
Governo dos Países Baixos

Financiamento da publicação

UNESCO / Fundo Fiduciário do Japão para a Preservação do Património Mundial





